

Editorial

O ENEM
EM XEQUE

O maior incidente ocorrido neste ano com as provas do Enem não foi o boicote dos estudantes que ocuparam mais de 350 escolas nem o aumento do índice de abstenção, que chegou a 30% nos dois dias.

O maior problema – que pode ser visto como solução – foi a descoberta, pela Polícia Federal, de uma quadrilha que fraudava as provas, transmitindo os resultados das questões para quem pagasse por eles.

A investigação, que já vinha sendo feita desde o ano passado, resultou na prisão de 11 pessoas, a maioria em Minas Gerais, e vai continuar até que se conheçam a dimensão da fraude e os prejuízos para o Enem.

O episódio expõe a extensão da corrupção no país, envolvendo pessoas de classe média que querem se dar bem na vida de qualquer jeito. Por vias transversas, escolheram a educação para conseguir isso.

É um sinal tenebroso do rumo de nossa civilização. Candidatos que compraram a prova, pagando valores que chegam a quase R\$ 200 mil, querem ser médicos. E não o fariam se não tivessem o apoio de seus pais.

Fora esse acidente, o Enem manteve os mesmos questionamentos que já o confrontavam desde que se transformou num gigantesco vestibular destinado a arranjar vagas de ingresso no ensino superior do país.

Antes, o Enem avaliava a qualidade do ensino médio. Hoje, ela é feita pelo Ideb. Desde 2011 é negativa. Tanto que o governo está propondo uma reforma, por meio da MP 746/2016, que está no Congresso.

Parte dos estudantes se insurge contra essa reforma, enquanto outra parte, a maior, se ilude com a possibilidade de ingressar na universidade pelo Enem. O exame deste ano é uma prova dessa dificuldade.

O Enem inquiriu os estudantes sobre Durkheim e Adorno – um conteúdo de que os alunos não têm conhecimento, sobretudo se estão numa escola pública. A exclusão permanece, sob a capa de mais democracia.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Medioli
PRESIDENTE Laura Medioli
VICE-PRESIDENTE Marina Medioli
DIRETOR EXECUTIVO Heron Guimarães

GERENTE COMERCIAL
Alessandra Soares

GERENTE DE TECNOLOGIA
Fábio A. Santos

GERENTE INDUSTRIAL
Guilherme Reis

GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Walmir Prado

GERENTE DE MARKETING
Monique Araki

GERENTE DE CIRCULAÇÃO
Isabel Santos

EDITORA EXECUTIVA
Lúcia Castro

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Michele Borges da Costa

ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO
Murilo Rocha

CHEFE DE REPORTAGEM
Renata Nunes

EDITORES

Opinião: Victor de Almeida
Economia: Karlon Aredes
Magazine: Milton Luiz (interino)
Brasil/Mundo/Interessa: Aline Reskalla
Política: Ricardo Corrêa
Esportes: Denner Taylor
Cidades: Marina Schettini
Primeira: Frederico Duboc
Fotografia: Rejane Araújo

O.PINIÃO

Duke



www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

A santíssima trindade da
teocratização da República

A luta ideológica contra três bandeiras do Cristianismo

As duas versões do Escola sem Partido, movimento e projetos de lei, são de caráter não republicano e antidemocrático! O rótulo “escola sem partido” engloba duas coisas, a saber: um movimento idealizado, em 2003, pelo procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, católico; e, a partir de 2014, projetos de lei baseados nas ideias de Nagib que adquiriram visibilidade e fôlego sob o patrocínio da família Bolsonaro (PSC-RJ): o deputado estadual Flávio Bolsonaro apresentou, na Assembleia do Estado do Rio de Janeiro, um projeto de lei; e o vereador Carlos Bolsonaro, um similar na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.

Escritos por Miguel Nagib viraram “modelos” para parlamentares ultraconservadores nas esferas municipal, estadual, federal. No Senado, o Projeto de Lei 193/2016, do senador Magno Malta (PR-ES), cantor gospel e pastor evangélico, visa alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, para incluir o programa Escola sem Partido, extinguindo a liberdade de cátedra e a pluralidade de ideias! Há PLs de igual teor tramitando em Legislativos municipais e estaduais – e muitos já aprovados!

Nagib declarou que sua motivação foi a “percepção” de que o professor de história “doutrinava” sua filha: em setembro de 2013 ela disse-lhe que o docente comparou Che Guevara a São Francisco de Assis ao exemplificar pessoas que abandonaram tudo por uma ideologia política ou religiosa. (“O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis”, “El País”, 26.8.2016).

O eixo ideológico do movimento Escola sem Partido é que a educação atenderá os princípios da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado sobre quatro pilares: 1. estudantes são folhas em branco; 2. “meus filhos, minhas regras”; 3. contra a teoria de gênero, que chama de “ideologia de gênero”; e 4. censura a quem não seguir o figurino da neutralidade ao ensinar. São teses afinadas com a Santa Sé/Vaticano e com os evangélicos fundamentalistas.

O coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Ca-

Ao inviabilizar o Plano Nacional de Educação, a PEC 55 é a concretização do roubo do futuro! Resistiremos.

ra, diz ser impossível uma educação neutra. Considerar o estudante totalmente passivo e censurar a livre expressão de docentes são disparates! “Especialistas em educação consideram as propostas do movimento absurdas do ponto de vista educativo, inconstitucional do ponto de vista jurídico e uma forma de censurar professores”. (“Cinco argumentos contra o Escola sem Partido”, Caio Zinet, “O Jornal de Todos os Brasis”, 29.7.2016).

Fernando Penna, da Universidade Federal Fluminense e da rede Professores contra o Escola sem Partido, “acredita que a concepção prevista no PL cria um ambiente propício para a per-

seguição política. Ele questiona como um professor faria para respeitar absolutamente todas as convicções de todas as famílias”.

Vivenciamos uma luta ideológica contra três bandeiras feudais sob o guarda-chuva do Cristianismo que, de tão imbricadas, podemos chamar de “santíssima trindade da teocratização da República”: 1. contra o aborto; 2. contra a teoria de gênero; e 3. movimento e projetos de lei Escola sem Partido. Não é pouco!

Como se não fosse o bastante, a reforma do ensino médio do governo Temer (MP 746/2016) propôs extinguir disciplinas como filosofia e sociologia para enquadrar e amordaçar a possibilidade de pensamento crítico, personificando a subtração da República! E a PEC 55, ao inviabilizar o Plano Nacional de Educação, é a concretização do roubo do futuro! Resistiremos. Todo apoio às ocupações estudantis contra o futuro roubado!

DUKE

